

# O DEBATE SOBRE SEXUALIDADE E SAÚDE NA AMÉRICA LATINA

LUCILA SCAVONE\*

Costa, A. de Oliveira (org.) **Direitos tardios; saúde, sexualidade e Reprodução na América Latina**, São Paulo, FCC/Editora34, 1998.

A coletânea "*Direitos tardios; saúde, sexualidade e Reprodução na América Latina*", organizado por Albertina de Oliveira Costa - no quadro do Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos na América Latina e Caribe (PRODIR II) - traz a público problemas importantes do cotidiano sexual e reprodutivo de mulheres e homens, os quais, por diferentes vias, sensibilizam e mobilizam estudiosos/as dos diversos países deste continente.

Reunindo a diversidade e a peculiaridade das questões de saúde, sexualidade e reprodução do continente latino-americano, ele próprio marcado por contrastes regionais importantes, as pesquisas que resultaram neste livro contemplam países bem diferentes entre si como Porto Rico, El Salvador, Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Bolívia, Peru. É possível situá-lo como produto legítimo de um período pós-megas-conferências mundiais, onde as mulheres, como principais atoras políticas, colocaram a força, os sentimentos e a fragilidade da existência na pauta das políticas públicas - tornando factível, em escala planetária, as conquistas e desafios do movimento

feminista contemporâneo em suas diversas matizes - apontando problemas, prioridades e fazendo propostas para a transformação das relações de gênero. Estes fatos marcaram, em diferentes escalas e interesses políticos, não só a prerrogativa de determinados temas de estudo ligados a emergência de novos problemas sociais, como também, na maioria dos casos, a orientação de financiamentos de pesquisas.

Sob a égide de um mundo globalizado, as particularidades e diferenças nunca se fizeram tão presentes. No caso da sexualidade e da saúde reprodutiva as peculiaridades podem ser (re)conhecidas, considerando que as relações de gênero também se constroem com base em uma dinâmica múltipla, incluindo fatores sociais, econômicos, culturais, políticos, históricos e subjetivos. Dinâmica esta que parece ganhar força no contexto latino-americano pelo seu variado e riquíssimo panorama, dando espaço para uma produção própria a este contexto

Constatando que a noção de direitos no continente é tardia e não (re)conhecida, os textos desta coletânea abordam numa perspectiva mais abrangente a sexualidade e a saúde reprodutiva: tanto ao retomarem as

\* Professora do Departamento de Sociologia da UNESP/Araraquara.

discussões de problemas clássicos tais como aborto, contracepção versus religiosidade, como ao apresentarem novos problemas, dos quais, a maternidade em mulheres portadoras do vírus HIV e a postura masculina frente à reprodução, são bons exemplos.

Conforme o artigo de D. Knauth a maternidade em mulheres infectadas pelo vírus HIV traz ao debate a afirmação da identidade de gênero pela descendência e também, a afirmação da vida, visível na dolorosa luta de mães e pais pela saúde de seus filho/as infectado/as, fazendo-os esquecer da própria doença e de que foram ele/as mesmo/as que a transmitiram. A discussão da realização da maternidade reaparece neste artigo, em seu caráter mais transcendente, como afirmação da vida diante da certeza da morte potencializada pela doença fatal.

Já a pesquisa sobre assédio sexual no trabalho - *"um problema antigo com uma história recente"*, segundo o artigo de A. L. Kornblit e M. Petracci - mostra que persiste um consenso do assédio como abuso de poder ou de autoridade de um sexo sobre o outro, embora as representações entre homens e mulheres argentino/as a respeito do problema sejam diferentes: os homens considerando-o como *"o resultado não-desejado da atração natural entre os sexos"* e as mulheres *"como consequência do desrespeito de um superior, geralmente masculino"*.

Estes dois artigos evidenciam que a sexualidade permeia a saúde reprodutiva e que esta, evidentemente, está associada a experiência da maternidade e da paternidade, em última instância, à esfera dos afetos. Por outro lado, a abordagem da sexualidade em

situações extremas ressalta a articulação do sexo com o poder. No caso da guerrilha de El Salvador, o artigo de N. Vasquez et all. evidencia os preconceitos sexistas e moralistas dos dirigentes da FMLN sobre a conduta sexual dos militantes causando impactos na vida sexual das guerrilheiras. Subjacentes a estas questões, as relações de gênero - violentas ou não, mas certamente hierarquizadas e de poder - abrem caminho para uma análise mais profunda entre os sexos, tornando a noção de saúde reprodutiva uma concepção a ser analisada entre e intra-gêneros, tanto no espaço privado como público. Esta abordagem tem como vantagem ampliar a concepção de saúde reprodutiva e sexualidade, via de regra considerada como restrita ao interesse cognitivo do universo feminino.

Os artigos de A. M. Villa e de I. Palma e C. Quilodrán da Argentina e do Chile respectivamente, reforçam a idéia que a percepção masculina sobre a saúde reprodutiva é marcada por um imaginário (talvez latino-americano?) no qual este assunto se configura como assunto das mulheres. Além disso, apontam para uma preocupação crescente das pesquisas deste campo em compreender melhor a identidade dos homens. Esta preocupação com base no princípio que a compreensão da situação social dos homens pode contribuir para a compreensão da situação social das mulheres, corre o risco de superestimar o conhecimento sobre os homens e enfatizar o polo dominante dos gêneros, deixando de problematizar o cerne da questão que são as próprias relações sociais de sexo.

O artigo de A. M. Villa expressa em alguns momentos esta ambiguidade, enfocando depoimentos de homens que

reforçam noções dominantes masculinas bem conhecidas - dúvida.

Da paternidade biológica fundada na desconfiança de infidelidade da parceira; desconhecimento sobre a reprodução, um imaginário onde as mulheres aparecem como sujeitos moralizadores e organizadores da vida doméstica - e de outro lado, localizam uma certa fragilidade dos homens no que se refere a auto-construção de uma imagem de abandono afetivo, passível de justificar atitudes abusivas, comportamentos descompromissados. Já o artigo de I. Palma e C. Quilodrán fazendo uma abordagem destas questões através da paternidade adolescente dá lugar à uma análise que possibilita a construção da relação *paternidade-maternidade*, não tão centrada no polo dominante.

As preocupações das posturas religiosas no campo da saúde reprodutiva e da sexualidade não poderiam faltar no contexto latino-americano, considerando a importância do fenômeno religioso neste continente. O artigo de M. D. Machado mostra como a questão da moral sexual é tratada por católicos e evangélicos no Rio de Janeiro, evidenciando que nos grupos estudados "*a separação entre o exercício da sexualidade e a procriação parece ser uma tendência*" o que demonstra a possibilidade da manutenção de uma forte religiosidade, sem interferência na vida sexual dos fiéis. As conclusões deste artigo apontam para mudanças significativas na relação religiosidade/sexualidade.

As questões relativas as visões masculinas sobre o corpo feminino são retomadas pela peruana M. E. Manarelli que, através de uma perspectiva histórica, analisa estas concepções no discurso médico do início do

século XX em Lima. O artigo destaca como a visão higienista substitui as explicações de origem divina "*pelas verdades da Biologia*" e mostra que esta postura, mais moderna e secular, não esconde a misoginia e o controle sobre o corpo e sexualidade feminina.

A relação do trabalho com os direitos reprodutivos das mulheres foi analisado no artigo de Vera Soares que, pesquisando as cláusulas relativas às trabalhadoras nos acordos e convenções coletivas dos sindicatos de São Paulo, nos mostra que, apesar de uma maior participação das mulheres nas lutas sindicais e de uma maior interação entre "*práticas feministas e sindicalistas*", a ausência das trabalhadoras do "*processo que envolve a elaboração e negociação das reivindicações*" é uma constante. As dificuldades quotidianas das trabalhadoras pesquisadas de conciliar maternidade e trabalho - aliás, um clássico problema das relações de gênero - demonstra que a integração dos direitos reprodutivos no âmbito geral dos direitos trabalhistas ainda está por ser feita.

A retomada das discussões sobre o aborto, neste livro, deve ser compreendida no âmbito da recrudescência da luta a favor da descriminalização do aborto no continente. Três artigos abordam a questão do aborto sobre diferentes prismas, contribuindo para enriquecer um debate já existente. O primeiro artigo, recoloca a questão, inúmeras vezes debatida e sempre esquecida, do aborto como problema de Saúde Pública nos países do sul, relacionado com a falta de serviços de saúde de qualidade às mulheres em busca de contracepção; esta situação na Bolívia foi analisada no artigo de A. Colón et al. O segundo artigo, retoma uma discussão política de primeira hora, a ameaça da perda

dos direitos adquiridos e Porto Rico é emblemático neste caso, pois lá ocorre uma ofensiva contra a conquista do direito ao aborto, conforme o artigo de M. Parras e S. Rance<sup>1</sup>. O terceiro texto reforça a necessidade de um resgate histórico para chegarmos a um maior conhecimento da situação política do aborto, fornecendo mais subsídios ao debate público atual; neste caso a situação do Uruguai é exemplar, pois teve um breve período de legalização do aborto nos anos 30, conforme mostra o artigo de G. Sapriza.

Se muitos dos problemas tratados neste livro podem ser (re)conhecidos em outras sociedades, eles adquirem caráter especial na América Latina, não só por seu estágio de desenvolvimento sócio-econômico e pelas suas características culturais, mas sobretudo, pela peculiaridade da construção das relações de gênero num contexto onde a cidadania esta por ser alcançada em todo seu vigor. Abrindo e (re)aprofundando o debate, esta coletânea pode ser útil também, para informar, analisar e contribuir na formação uma consciência crítica entre homens e mulheres, sobre o que ocorre no campo da saúde reprodutiva latino-americana.

<sup>1</sup> Cabe lembrar que, Porto Rico e Cuba são os dois únicos países da América Latina nos quais o aborto é legalizado.